

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**  
**FACULDADE DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS**  
**DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA**

VERSÃO PRELIMINAR DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO EM DISCUSSÃO NO CURSO DE DOUTORAMENTO DE SOCIOLOGIA INTITULADO “*A APROPRIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PELOS UTENTES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: O CASO DE MONTES CLAROS MG.*”

Autores

Vero Franklin Sardinha Pinto

Orientador: Casimiro Marques Balsa

Co-orientadora: Luciene Rodrigues

Lisboa, junho de 2010

## **RESUMO**

Este artigo refere-se a um projeto de investigação em fase final de formulação e discussão no âmbito do doutoramento em sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Pretende apreender como os utentes do Programa Bolsa Família (PBF), no Brasil, dele se apropriam, especialmente, quanto a articulações com processos sócio-cognitivos, procurando compreendê-lo segundo sua eficácia sociológica em termos de legitimação e integração e uma sua possível afinidade e relação com a regulação da modernidade periférica brasileira e ou seu potencial transformador e includente, desde os indivíduos e famílias “beneficiárias” em suas heterogêneas manifestações.

A pesquisa, com base empírica em Montes Claros (MG), supõe teoricamente uma articulação transversal entre indivíduos e processos sócio-históricos, Estado e mercado, conforme uma sociologia dos indivíduos e sua singularidade construída sob uma reflexividade compulsória, em meio a dilemas e calvários resultantes da responsabilização sobre si mesmos aliada à crescente dificuldade de viver o(s) papel(is) para o(s) qual(is) foram previamente estruturados, onde o operador analítico *prova* tem papel central. Supõe, ainda, que esta articulação, onde as chamadas políticas sociais têm importância fundamental, tem importante especificidade em uma realidade periférica derivada da dinâmica própria dos sucessivos processos de modernização “pelo alto” e estruturação de classes sociais em suas dimensões objetivas e subjetivas.

## **Palavras-chave**

Programa Bolsa Família; individuação; exclusão social; estratificação social

## INTRODUÇÃO

As expressões brasileirização (BECK), latino-americanização (Dubet)<sup>1</sup>, exclusão / precarização / desfiliação (Castel 2008,) e europeização (Jessé, 2003), ainda que, sempre, esta última, incompleta, ou, no caso das primeiras, temidas possibilidades, refletem processos paradoxalmente convergentes segundo curvas, entretanto, opostas<sup>2</sup>, vistos segundo os mesmos critérios e sob suportes paradigmáticos relativamente comuns. Denotam, todas, um desconforto crescente entre os princípios democráticos da igualdade e a crescente produção de desigualdade e desintegração social, no primeiro caso, e a persistência da maior desigualdade do mundo, no segundo, traduzidos, especialmente, por uma quantidade importante de indivíduos vivendo em condições materiais abaixo da pobreza, onde a incerteza e a insegurança e a precariedade sobressaem. Em geral, associam-se estas realidades a processos de reestruturação produtiva vinculadas menos à crise e mais à expansão mesma do capitalismo sob formas tecnológicas poupadoras de mão de obra, flexível e deslocalizadas. Assim, a Europa, tal como ocorrera na América Latina, parece viver um período no qual o crescimento econômico e o ambiente competitivo do capitalismo globalizado dificultam ou mesmo produzem aquelas mazelas, fragilizando a coesão social, o que fez convergir uma temática comum e concomitante. Neste contexto, fortalecem-se, nos dois continentes, os debates e políticas públicas que procuram reduzir as tendências à fragmentação e à

---

<sup>1</sup> “Criou-se, na maioria das sociedades ocidentais, uma fronteira mais ou menos visível opondo os integrados e os excluídos. Mesmo se esta fronteira não está bem definida e se muitos indivíduos circulam de um mundo para outro, a estrutura social de nossas sociedades se ‘latinoamericaniza’ com o desenvolvimento da pobreza, da incerteza, da economia informal, da segregação urbana.” (DUBET, 2003 :36). »La consecuencia involuntaria de la utopía neoliberal del libre mercado es la brasileñización de Occidente.... En un país semiindustrializado como Brasil, los trabajadores dependientes con empleo a tiempo completo representan sólo una minoría respecto a la grande masa de los económicamente activos. La mayoría vive en unas condiciones laborales precarias. Abundan los vendedores ambulantes, los pequeños comerciantes y los pequeños artesanos, que se ofrecen como asistentes domésticos de toda suerte, o los ‘nómadas laborales’ que se mueven entre los campos de actividad mas variados. » (BECK, 2007 :9) :

<sup>2</sup> Segundo dados da PNAD analisados pelo IPEA, entre 2002 e 2008 ocorrera importantes mudança positivas nos indicadores sociais no Brasil, notadamente naqueles relacionados ao mercado de trabalho, com o aumento da renda do trabalho e do contrato formal; a redução da desigualdade, da pobreza e do trabalho em condições informais. (VER IPEAD, 2010)

fratura social e pretendem atuar articulando dimensões, territórios, tempos e atores “novos” e ou mais *ativos* que manifestam suas singularidades como novas estratificações, dinâmicas e possibilidades de mobilidades sócio-espaciais. Rendimento Mínimo, políticas para imigrantes, micro-credito, Transferência Condicionada de Renda, discriminação positiva (cotas), expansão da quantidade e qualidade dos serviços de saúde, incluindo combate às drogas, e expansão da oferta da educação são estratégias que, em geral, miram distintos alvos em distintos tempos, sob o princípio de que mais que garantir a igualdade de oportunidade para a partida dos indivíduos, numa sociedade democrática, cabe assegurar as condições de chegada em níveis social e politicamente aceitáveis.

O presente trabalho procura apreender esta realidade enfatizando, explorando, duas dimensões: a radicalização do processo de individualização (Martuccelli, 2007) e a dificuldade de articular virtuosa e dialeticamente (CEPAL, 2010) crescimento e emprego ainda mais diante de um mercado de trabalho desregulamentado, precarizado e incongruente com a deficiência de capital humano nas populações pobres e a tendência inercial de transmissão intergeracional da pobreza e miséria (CEPAL, op cit).

Dentre os esforços do Estado brasileiro para intervir nos processos de precarização e fratura social, evidencia-se quantitativa, política e midiaticamente o PBF - Programa Bolsa Família. Este programa tem sido alvo de inúmera e quase sempre positivas avaliações, ainda que com importantes e contraditórias exceções. Por exemplo, com relação ao desempenho relativamente melhor dos usuários do programa na escola formal e como fator de redução da desigualdade, em cerca de 2,7 %, (CEPAL, 2010:196) ao lado de outros como o aumento do salário mínimo e a expansão do emprego formal. Se, para uns, as chamadas “condicionalidades” e sua focalização são um elemento estratégico do programa para a quebra da inércia representada pelo círculo perverso da pobreza, para outros, a própria existência delas, como ‘imposições”, ao lado de limitações financeiras que obstem o acesso a todos que dele necessitam e baixo valor da “bolsa”, atenta contra os direitos humanos dos cidadãos a uma renda mínima e à alimentação (ZIMMERMANN, 2008), ou induz à estigmatização dos usuários (SUPLICY). Alguns dos primeiros, como o economista Marcelo Nery (2010), inclusive, desconfiam da possibilidade de incentivo à acomodação<sup>3</sup> pela bolsa, risco

---

3 Em geral, esta visão é minoritária, mesmo porque, como bem explica documento da CEPAL, “No es el espíritu de esta propuesta proponer subsidios que motiven a las personas a separarse del mercado laboral.

menor, entretanto, derivado do seu valor bem abaixo das necessidades mínimas, inclusive alimentares<sup>4</sup>. Assim, vê-se que os mesmos que comemoram os indicadores indubitavelmente positivos vinculados de alguma forma ao PBF divergem quanto a aspectos essenciais de sua configuração.

## O PROGRAMA BOLSA FAMILIA

Uma controvérsia povoa o imaginário, a mídia (editoriais e colunistas usualmente questionam a validade de se “pressionar o sistema tributário e os contribuintes para alimentar programas assistencialistas”), o cotidiano das donas de casa da classe média (“Já não se acha faxineira depois desse tal de bolsa família: ninguém mais quer trabalhar!”<sup>5</sup>), dos fazendeiros (“a mão de obra dos diaristas sumiu, os *caras* agora só

---

Por el contrario, los ingresos básicos garantizados son un mecanismo que favorece la inserción presente y futura de la población en ese mercado. Entender adecuadamente las condiciones en que las personas se orientan al trabajo redundan en un correcto uso de los incentivos y los pisos mínimos a partir de los que esa acción y predisposición es sostenible en el tiempo.’ (CEPAL, 2010: ). Martuccelli e Borj (2008) advertem que tão importante ‘o que se entrega’ é “o como se entrega’ para se evitar efeitos perversos ou contrários ao que se supostamente busca.

4 [Mais de um terço dos brasileiros declara que não come o suficiente “às vezes” ou “normalmente”. No total, 35,5% das pessoas se classificam nessa situação de fome. A situação mais grave (os que “normalmente” não comem o suficiente) afeta 9,2% dos brasileiros. Os que “às vezes” passam fome somam 26,3%. Os que “sempre” comem o suficiente são 64,5%. Os dados são da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009, divulgada nesta quarta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/06/23/um-terco-passa-fome-as-vezes-ou-normalmente-diz-ibge.jhtm>, acessado em 23/06/2010]

Importa relatar que em recente pesquisa do IBGE, observou-se uma redução da proporção de famílias que comem mal ou pouco, abaixo da necessidade, ainda que ainda ocorram em níveis muito altos. Segundo dados do DIEESE, o custo mensal de uma “cesta básica’ (para família de 4 pessoas) é de R\$. O maior valor pago pelo PBF é de R\$200,00, com média de R\$ 120,00. Provavelmente, estas famílias são exatamente as que participam do programa. segundo dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica, divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o custo da cesta básica em maio de 2010 foi, em São Paulo, de R\$ 2.257,52. O salário mínimo, segundo esta mesma entidade, deveria ser nesta data de R\$ R\$ 2.157,88, o que corresponde a 3,92 vezes o piso vigente (R\$ 510,00), para cobrir despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. ([www.valoronline.com.br](http://www.valoronline.com.br), acessado em 23/06/2010)

<sup>5</sup> Entretanto, para desgosto de setores da classe média brasileira que “contratavam” ou “criavam” empregadas domésticas vindas da “roça” ou dos fazendeiros que pagavam trabalhadores diaristas R\$ 15,00 (ou cerca de 6,00 euros) por jornada de trabalho, segundo o pesquisador Ricardo Paes de Barros, “... Integrantes das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), não ficam acomodadas para o trabalho por receber os recursos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2004, aumentou em

querem ficar tomando cachaça à trabalhar”), dos políticos de oposição (os que denominam o programa de “bolsa esmola”, “eleitoreiro”, sem “porta de saída.”) e da situação (“a elite não suporta que se gaste recursos com os pobres; é um direito, está reduzindo a Bolsa Família”), dos trabalhadores da áreas social e, claro, dos cientistas brasileiros<sup>6</sup>. É o chamado Programa Bolsa Família – PBF, inserido formalmente no Sistema Único de Assistência Social – SUAS e no *Fome Zero*<sup>7</sup>. Atualmente, o PBF está presente praticamente na totalidade dos cerca de 5.500 municípios do país com exatas (em abril) 12.472.510 famílias utentes (MDS, 2010), aproximadamente 50 milhões de pessoas. Assim, para além dessas querelas, tratam de ir ao banco todos os meses e obter os recursos com seus cartões eletrônicos entregue pelo programa. Esses indivíduos, mulheres, quase sempre, e administrativamente, de maneira preferencial, se inscrevem nas prefeituras. Seus cadastros são enviados para a Caixa Econômica Federal que libera, ou não, o pagamento do “benefício” segundo critérios estabelecidos e a disponibilidade (“meta”) de recursos financeiros ou vagas para cada município.

---

2,2 vezes a participação no mercado de trabalho de homens que integram famílias beneficiárias, e em 4,5 vezes o número de mulheres.” (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/noticias/numeros-mostram-que-bolsa-familia-nao-gera-acomodacao-para-o-trabalho>)

<sup>6</sup> Inúmeros estudos, independentes ou articulados organicamente aos programas governamentais, produzem avaliações sobre o PBF. Recentemente, o cientista político Otávio Dulci, em declaração sobre os resultados da pesquisa *O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres*, coordenada por ele, afirma: “Para mim, o maior acerto do Bolsa Família foi ter transferido renda às mulheres. Isto possibilitou seu empoderamento, tanto dentro como fora de casa”. (<http://www.ipc-undp.org/mds.do>. Este link contém inúmeros artigos e estudos sobre o Programa Bolsa Família realizados por pesquisadores brasileiros ou do exterior). Em outro estudo, publicado em 15/12/09, constatou-se que “A quantidade de crianças e adolescentes inseridas no mercado de trabalho caiu cerca de 50% em 15 anos. De acordo com a pesquisa Perfil do Trabalho Decente no Brasil, publicada hoje (16) pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) - órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) -, em 1992, haviam 8,42 milhões de trabalhadores com idade entre 5 e 17 anos. Um década e meia depois, em 2007, o número caiu para 4,85 milhões. O relatório destacou o reconhecimento internacional da experiência brasileira de prevenção e eliminação do trabalho infantil. Segundo a pesquisa, os resultados alcançados são expressivos. Entre crianças de 10 e 14 anos, os índices caíram de 20,5% para 8,5% entre 1992 e 2007. “(UOL Economia - Da Redação - 16/12/2009 <http://www.uol.com.br/>).

<sup>7</sup> Segundo estudo recente desenvolvido pelos pesquisadores Carlos Augusto Monteiro e Ana Lucia Lovadino de Limada, da Universidade de São Paulo -USP, noticiado pela edição de dezembro da revista *Pesquisa*, da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo), está havendo uma redução drástica e em velocidade inédita da desnutrição das crianças no nordeste brasileiro, região mais pobre e com maior proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza. Isto decorre, segundo os pesquisadores, pelo aumento da escolaridade das mães e às transferências de renda nos programas sociais. (<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=4011&bd=1&pg=2&lg=>).

A gradual institucionalização da assistência social no Brasil, como proteção social não contributiva, desde a Constituição Federal de 1988, passando pela promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS consolidando direitos sócio-assistenciais, até a criação, em 2004, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da expansão dos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, é parte integrante do processo de democratização da sociedade brasileira<sup>8</sup> que, dentre suas características, construiu então um consenso que pretende explicitamente incorporar fortemente em seu conteúdo aspectos substantivos, de dimensão social, para além dos aspectos meramente formais, na perspectiva da redução da persistente desigualdade social em níveis extremamente altos e da eliminação da miséria no País.

Trata de uma relativamente, face à urgência dos problemas, longa trajetória até chegar à Constituição de 1988, passando pela promulgação, no Governo Itamar Franco, em 1993, da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS –, pelo chamado Comunidade Solidária, incluindo a criação – “focalizada” – da transferência de renda condicionada (o “Bolsa Escola”, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Agente Jovem, dentre outros<sup>9</sup>), nos governos de Fernando Henrique Cardoso, até a concepção, em 2004, pela Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, na gestão do ministro Patrus Ananias, do Governo Lula. Essa institucionalização deu-se de forma articulada com a expansão<sup>10</sup> espetacular, neste último governo, do sistema de transferência de renda com condicionalidades, o Programa Bolsa Família, sobretudo, e a organização sistêmica segundo critérios sócio-territoriais e de “risco” e “vulnerabilidade” traduzidos enquanto

---

<sup>8</sup> O PBF constitui um elemento central da política social de “terceira geração” (Ver Luciene & Balsa, 2008). Recentemente, o governo brasileiro instituiu um grupo para formular em dois meses uma proposta de consolidação dos programas sociais brasileiros. Um pouco antes, fez um ajuste de forma a evitar que cerca de 5.000.000 de utentes que não cumpriram as “condicionalidades” não perdessem a renda, o que ocorreria pelas regras então vigentes.

<sup>9</sup> Todos estes programas utilizam como estratégia principal a transferência de “bolsas” (renda) mensais condicionadas à frequência dos utentes em determinados serviços – educacionais, de saúde e sócio-assistenciais – que, em última instância, poderiam romper o ciclo vicioso da pobreza.

<sup>10</sup> Há uma permanente luta eleitoral para saber quem criou de fato os programas de transferência de renda no Brasil. Ainda que a história possa dar alguma razão aos “tucanos” do PSDB, o povo parece não ter dúvida sobre quem é o seu responsável e fiador.

“proteções”, com a idéia de co-financiamento, repasses continuados fundo a fundo. (SPOZATI, op cit: 83), conformando um desenho de concentração de recursos na União e gestão descentralizada que articula os três níveis da federação e três níveis de “vulnerabilidade”, segundo o caráter do “vínculo sócio-comunitário” e familiar, instituindo “proteções” focalizadas: *básica*, e *especiais de alta e média complexidades*. Esta institucionalidade organiza-se territorialmente com unidades físicas de atendimento e referência (os CRAS) para as famílias, distribuídas racionalmente nos bairros populares.

Observe-se que esta construção política e institucional da assistência social ocorre simultaneamente ao processo planetário de consolidação do projeto (neo) liberal, e de crise mortal de Estados ditos socialistas e profunda no tipo Providência. Processo que ocorreu em íntima relação com a mundialização do comércio e produção, reestruturação para formas flexibilizadas e desterritorializadas do processo produtivo (HARVEY, 1996), com crises das relações sociais (classes sociais) e de instituições que as expressam (partidos políticos com claras bases sociais, sindicatos, famílias nucleares, Estado-Nação) na sua solidez, e formas de vida e de interiorização (articulação sócio-espacial e identitária entre vida e cotidiano tendo o trabalho e a profissão como centralidades), como aparentemente sólidas, como um consenso transclassista antes estabilizados como *fordismo* (LIPIETZ, 1984) sob uma ética predominantemente industrial (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999).

Uma característica é essencial. O “beneficiário” típico das políticas sociais anteriores o era por derivação da condição de trabalhador. Mesmo o fundamento da previdência rural brasileira instituída no regime militar, o chamado Funrural, estava na prova do trabalho, ou seja, mesmo que não tenha contribuído diretamente com o sistema, o *utente potencial* teria que provar sua condição pretérita de trabalhador rural, por meio do reconhecimento público atestado por declarações formais de sindicatos.

O PBF é não contributivo, mas condicionado<sup>11</sup>. Ele foi institucionalizado pela Lei n.º 10.836, de 09 de janeiro de 2004<sup>12</sup> com a finalidade explícita de unificar os

---

<sup>11</sup> “Son programas de carácter no contributivo con los que se busca, por una parte, aumentar los niveles de consumo de las familias por medio de transferencias monetarias y reducir así la pobreza a corto plazo y, por otra, fortalecer la capacidad de sus miembros de romper la reproducción intergeneracional de la pobreza. Desde mediados de los años noventa, cuando en México se lanzó el Programa de Educación, Salud y Alimentación (PROGRESA, actualmente Oportunidades) y en el Brasil comenzaron a

procedimentos de gestão e execução das ações de transferência do Governo Federal. A permanência no programa depende do cumprimento de “condicionalidades”, que são, basicamente, a garantia da matrícula e frequência escolar mínima dos filhos menores de 18 anos e a participação sistemática em programas de prevenção na área de saúde. Os utentes, ainda, são contemplados eventual e preferencialmente, com programas “complementares” de geração de trabalho e renda, de segurança alimentar e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, em geral, coordenados por Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS, que contam com um quadro mínimo de profissionais da área social, psicólogos e assistentes sociais. Em tese, há uma acompanhamento das famílias e supervisão da sociedade local por meio de conselhos paritários, com representantes do poder público e da sociedade civil, incluindo de trabalhadores sociais e de usuários.

Os “benefícios” do programa são repassados, então, seletivamente, para as famílias inscritas conforme a renda per capita, a quantidade de filhos com menos de 18 anos ( ver quadros 1 e 2 abaixo) e o respeito a determinadas condições, vinculadas aos serviços de saúde e educação. Entretanto, ainda que as famílias satisfaçam todas as condições o seu acesso ao programa dependerá da disponibilidade de “vagas”, cuja quantidade é definida antecipadamente pela União, o cumprimento das condicionalidades deve ser comunicado pelo município ao Governo Federal e as famílias precisam atualizar regularmente seu cadastro, sob pena de ter seu benefício bloqueado preventivamente ou cancelado definitivamente.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, as “condicionalidades foram pensadas como um mecanismo de garantir o acesso dos brasileiros aos direitos básicos, tendo como objetivo responsabilizar de forma conjunta os beneficiários e o poder público. O Estado, então, deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das obrigações previstas. A partir daí, em tese, “são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social.”<sup>13</sup> Elas seriam, segundo o MDS, um compromisso

---

materializarse programas que compartían la misma población destinataria (familias con hijos en edad escolar) y la orientación hacia la condicionalidad de la entrega de los beneficios (que luego se consolidaron en el programa Bolsa Familia), los programas de transferencias condicionadas han tenido un enorme crecimiento<sup>3</sup>.” (CEPAL, 2010 :195)

<sup>12</sup> Toda legislação pertinente ao PBF, inclusive a Lei 10.836, medidas provisórias e leis anteriores e posteriores à sua instituição, está disponível no site do MDS: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao>>

<sup>13</sup> MDS.Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>

recíproco das famílias e Estado para garantir e ampliar os direitos sociais básicos, articulando demanda e oferta dos serviços relacionados.

Detalhadamente, as condicionalidades significam que as famílias se obrigam a, na área da saúde, acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 devem fazer o acompanhamento e, no caso de gestantes ou lactantes, fazer o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e a do filho. Na área de educação, as crianças e adolescentes com idade de 6 a 15 anos devem estar matriculados e freqüentar no mínimo 85% das aulas; os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter no mínimo 75% (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>, acessado em 23/06/2010)

### Quadro 1

#### **PBF: Benefícios**

**Benefícios:** Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de **R\$22,00** (vinte e dois reais) a **R\$200,00** (duzentos reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos.

O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente.

O **Benefício Básico, de R\$ 68** (sessenta e oito reais), é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 70 (setenta reais) por pessoa (pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens).

O **Benefício Variável, de R\$ 22,00** (vinte e dois reais), é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 66,00 (sessenta e seis reais).

O **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 33,00** (trinta e três reais), é pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 66,00 (sessenta e seis reais).

Fonte: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. MDS <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>

Quadro 2: Critérios de recebimento do benefício

<b>Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70</b>			
<b>Número de crianças e adolescentes de até 15 anos</b>	<b>Número de jovens de 16 e 17 anos</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Valor do benefício</b>
0	0	Básico	R\$ 68,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$90,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 112,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 134,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 101,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 123,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 145,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 167,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 134,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 156,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 178,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 200,00
<b>Número de crianças e adolescentes de até 15 anos</b>	<b>Número de jovens de 16 e 17 anos</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Valor do benefício</b>
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 22,00
2	0	2 variáveis	R\$ 44,00
3	0	3 variáveis	R\$ 66,00
0	1	1 BVJ	R\$ 33,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 55,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 77,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 99,00
0	2	2 BVJ	R\$ 66,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 88,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 110,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 132,00

Fonte<sup>14</sup>: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. MDS

## MONTES CLAROS

Montes Claros, onde se pretende realizar os levantamentos iniciais de terreno, é a principal cidade que polariza a mesorregião Norte de Minas, composta por 89 municípios, distribuídos em sete microrregiões. Segundo o Censo de 2000, cerca de 1.473.367 pessoas viviam, naquele ano, na região. Segundo estimativas do IBGE<sup>15</sup>, em 2007, 352.384 pessoas residiam no município. Do ponto de vista social (e político), o perfil da região coloca-se a meio caminho do Nordeste e do Sudeste, configurando-se, também, nesse âmbito, como uma área de transição.<sup>16</sup>

Segundo o Censo de 2000 (Tabela 2), a relação entre ocupados em mercado de trabalho formal e informal é semelhante para os valores para o Brasil, em geral. Em Montes Claros, os trabalhadores do setor formal somavam 50.754 (51,65%) e os informais 47.403 (48,35%), ocupados, sobretudo, no terciário. A PEA era composta por 146.061 pessoas.

Tabela 2

OUTROS INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO			
Censo/2000			
Indicadores	Masculino	Feminino	Total
População Residente	148.459	158.488	306.947
Taxa de Analfabetismo (%) (1)	7,88	8,86	8,39
Pop. Economicamente Ativa	83.037	63.024	146.061
PEA Desocupada	12.496	15.167	27.663
PEA Ocupada	70.541	47.857	118.398
Trabalhadores Formais (2)	30.750	20.004	50.754
Trabalhadores Informais (3)	33.710	13.793	47.503

<sup>14</sup> [http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/beneficios-e-contrapartidas](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas), acessado em 18/06/2010

<sup>15</sup> IBGE. Contagem da População. 2007 ([http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem\\_final/tabela1\\_1\\_17.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_17.pdf))

<sup>16</sup> PEREIRA, Anete Marília. **A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões**. Op. cit., p. 15–25 e OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

Fonte: CENSO/2000 - IBGE. Elaboração MTE

Nota:

(1) Taxa de analfabetismo para pessoas de 10 anos ou mais de idade

(2) Compreende os empregados com carteira, militares e estatutários

(3) Compreende os empregados sem carteira e os conta-própria

Outro aspecto importante vincula-se à relativamente tardia modernização e urbanização da cidade que recebeu importantes fluxos de migrantes dos municípios do entorno, o que importa especialmente para esta investigação, por ser possível entrevistar distintas gerações de migrantes. Talvez seja possível fazer uma analogia com as gerações de imigrantes na Europa, que desenvolveram formas de integração diferentes com a sociedade receptora (DUBET, 2004), a primeira como imigrante subproletariado com vínculos morais e culturais fortes com os seus países de origem, a segunda integrada pelos valores do consumo mas expressando-se como gueto.

## O PBF EM MONTES CLAROS

A Assistência Social – formalmente entendida como *direito* de cidadania e *dever do Estado* – começou a ser efetivamente realizada no município, principalmente, a partir da sua habilitação na *Gestão Plena* do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), cumprindo as diretrizes da IV Conferência Nacional de Assistência Social, de dezembro de 2003, além da adesão do município ao Bolsa Família. Montes Claros foi dos primeiros municípios do Brasil a cumprir os requisitos para tal, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Segundo dados do MDS, um pouco mais de  $\frac{1}{4}$  das cerca de 80.000 famílias estimadas, metade, praticamente, cadastrada, que lá residem recebiam benefício do PBF, em 2010, conforme Tabela abaixo.

Tabela 1

Famílias cadastradas e beneficiadas pelo PBF em Montes Claros - 2010

População Total do Município	358.271
Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (PNAD 2006)	17.283
Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (PNAD 2006)	34.283
Total de Famílias Cadastradas*	39.752
Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família**	32.389
Número de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	20.917

Fonte. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. MDS. Governo Federal.<sup>17</sup>

## A MODERNIZAÇÃO PERIFÉRICA

O caráter conservador, controlado, “pelo alto” (Werneck Vianna), “regulado” (Wanderely G. dos Santos), “anômalo” (José de Souza Martins), precário (Jessé de Souza) da modernização brasileira é um elemento importante e constante na análise da nossa história política e social, todos se referindo à sobrevivência e funcionalidade de formas arcaicas e profundamente iníquas de relações sociais, mantendo ou aprofundando uma relativamente enorme desigualdade. Caracteriza-se, antes de tudo, por promover mudanças substantivas nos processos de produção e no mercado de trabalho, modernizar a agricultura e promover um grande crescimento econômico, mantendo os privilégios de classe e grupos e, mesmo, atualizando sistemas formalmente arcaicos, como a escravidão<sup>18</sup>. Ao Estado, sempre, nestes processos, coube um papel fundamental, seja regulamentando, cooptando ou abertamente reprimindo física e culturalmente as potenciais expressões políticas de dissenso ou representações de interesses autônomas, tal como uma *acumulação original* (Marx) que teimava em se atualizar. A “coesão social”, assim, obtinha-se pela obediência, violência particular ou estatal, subserviência aos pais dos pobres, ou por concessões seletivas e controladas, quando, eventualmente, dava-se os anéis mas se garantia os dedos. O preço social foi uma profunda desigualdade e a produção e reprodução contínua de uma massa de pobres e miseráveis que, nos processos relativamente recentes de urbanização e aprofundamento da individuação, vieram a bater nas portas dos estratos médios e superiores de renda. Se antes, havia o quilombo, o meeiro, o posseiro, há agora o favelado, incontido, já, nos morros ou nas longínquas periferias, há os meninos e meninas nas ruas, vendendo e ou consumindo *crack*<sup>19</sup>, inserindo-se no consumo na marra, por meios ilícitos ou não, violentos ou não, tais como os vendedores ambulantes e milhões de biscateiros do dia a dia, subproletarizados. Já, provavelmente, são cerca de

<sup>17</sup> <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizviewbr.asp?>, acessado em 17/06/2010

<sup>18</sup> Ainda há hoje, no Brasil, formas similares à escravidão ou à servidão, frequentemente atualizadas.

<sup>19</sup> Estima-se que haja hoje no Brasil cerca de um milhão e quinhentos mil consumidores desta droga fulminante, um subproduto da cocaína.

500.000 os indivíduos encarcerados<sup>20</sup>. Milhares de jovens emigraram, exportando sua precariedade para os Estados Unidos, Japão e Portugal, principalmente. Ao contrário dos precarizados europeus, os periféricos o são há séculos.

A questão que se coloca hoje é, diante de persistentes indicadores sociais positivos (IPEA, 2010), que mostram crescimentos da renda do trabalho, da escolaridade, redução da desigualdade, da desocupação, há alguma novidade nesta nova inserção do Brasil no processo de modernização mundializado? O que o PBF tem a ver com isso tudo? Se antes houve, como se disse, as favelas e bairros ilegais, os emigrantes, a periferização das cidades, o que há de novo para além da formação de um mercado de trabalho mais dinâmico, especialmente descentralizado e, talvez, menos exigente e menos precarizante? A pobreza da periferia não é “nova”. O que farão os excluídos, para onde irão?

Trata-se, agora, é o que propõe esta pesquisa, de compreender como as tensões da modernidade (GIDDENS; DUBET; MARTUCCELLI) entre hierarquia e igualdade, liberdade e mérito, aspirações e possibilidades operam na modernidade periférica, em um momento de expansão do capitalismo brasileiro, quando se vislumbra a integração do subproletariado. Para os usuários do Bolsa Família, que, quase sempre, estão nas franjas ou exilados do mercado de trabalho, o programa significa caminho consciente para a autonomia – pelo mercado de trabalho, ou mesmo como atividade no sentido do quaternário, pelo consumo – ou pela subordinação / humilhação? Como estas eventuais tensões se expressam, configuram-se estandardizadas social e culturalmente? Pretende-se, então, compreender as dinâmicas sociais e culturais desencadeadas no processo de apropriação do PBF, para além dos aspectos econômicos e de indicadores objetivos

## **INDIVIDUAÇÃO E APROPRIAÇÃO**

A modernização vivida atualmente pela América Latina, em geral, e pelo Brasil, em particular, ocorre sob um processo de radicalização da individualização (Borj &

---

<sup>20</sup> “A população carcerária brasileira cresceu 89%, entre os anos de 2000 e 2008, segundo relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgado em sua página na internet. De acordo com o documento, o total de presos provisórios ou de Justiça, confinados em estabelecimentos prisionais ou em delegacias policiais saltou de 232.755 para 440.013, nesse período”. (<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/772915/populacao-carceraria-so-cresce-no-brasil>).

Martuccelli, 2008), que, afinal, caracteriza o Ocidente, já apontado tendencialmente por Simmel e Tocqueville, onde à igualdade à secularização impõe-se ameaçadoramente a responsabilização e controle de si, com profundas repercussões na necessidade de reconhecimento (Honnet, 2003), autenticidade (Taylor, 2009) e reflexividade (Giddens, 1994). Na debilitação das instituições socializadoras, a experiência e escolhas do ator condensam, em certo sentido, e mais veementemente em *momentos, incidentes e eventos* (Martuccelli, 2008), tempo e espaço, diacronia e sincronia, estrutura e ação, ator e sistema, classe e indivíduo. As biografias, assim, são interseções dinâmicas determinadas e determinantes, onde papéis pré-estruturados são refeitos ou abandonados, por insuficientes ou inadequados.

A idéia de apropriação vincula-se fortemente à de individuação, refere-se à mobilização de respostas adaptativas, ajustes, aos desafios e expectativas, em meio ao incerto e ao risco que as circunstâncias na sua trajetória, as provas, impõem aos indivíduos<sup>21</sup>, que se apossam de recursos, ajudas, utilizam amortecedores, estabelecem estratégias e atribuem sentidos às ações, constituindo realidades inéditas, figurações sociais que, por seu lado, passam também a dinamicamente constrangê-los. Em geral, estas relações e figurações se estabelecem tensionadas em meio a sistemas de normas com os quais o indivíduo começa o jogo, respeitando, transgredindo ou tangenciando-os. Em contextos onde a tradição, a repetição, a hierarquia valorativa, os papéis rígidos e pré-determinados, a obediência estão presentes e predominam, onde a expectativas deles derivadas encontram um ambiente fértil para se satisfazerem, não há lugar significativo para a reflexividade nem, portanto, para a apropriação.

A apropriação, assim, nesta pesquisa, é a forma concreta e singular como cada indivíduo se relaciona com os “amortecedores” que pode mobilizar, pois “cada um de nós não só ‘tem’, como *vive* uma biografia organizada reflexivamente em termos de fluxos de informação social e psicológica acerca de possíveis modos de vida. A modernização é uma ordem pós-tradicional, na qual a pergunta ‘como hei de viver?’ tem de ser respondida através de decisões diárias acerca de como comporta-se, o que vestir e o que comer – e muitas outras coisas – bem como interpretadas no desenrolar temporal da auto-identidade.” (GIDDENS, 1994: 19).

---

<sup>21</sup>Martuccelli, 2006

O conceito de *prova* é um operador analítico que o pesquisador pretende utilizar para apreender a complexa dinâmica acima introduzida, que, na modernidade, tendem a aumentar a singularização do actor. Segundo o sociólogo franco peruano Danilo Martuccelli<sup>22</sup>, que a introduziu e utilizou em uma pesquisa<sup>23</sup>, uma *prova* tem, enquanto tal, quatro facetas: “... el actor percibe las pruebas, tiene que enfrentarlas, en cada una de ellas es objeto de selección más o menos abierta, y el conjunto de todas ellas define un sistema estandarizado de pruebas.” ; dois níveis: um, o da percepção consciente do ator, onde o indivíduo da conta dos eventos mais ou menos duros de sua vida, “como las vive y como las puede relatar; outro, “...la manera como la sociología puede dar cuenta de los cambios estructurales bajo la forma de una prueba y ello más o menos a distancia (péro jamás em rupturama) com la conciencia del actor”. Dos “conjuntos de instituições que modelam com profundidade os atores sociais”, ele reconhece em quatro maior significação: a escola, o trabalho, a cidade e a família. Um segundo grupo, que “concerne a provas que remetem a certas dimensões de vínculo social”, ele identificou outras quatro: a relação com a história; a relação com os coletivos; a relação com os outros; e a relação consigo mesmo. Segundo o autor, “estas ocho pruebas, de ninguna manera exhaustivas, definen o mínimo común denominador del sistema estandarizado de pruebas em acción em la sociedad francesa actual.” Os indivíduos, ainda segundo Martuccelli, na interseção, combinação, das lógicas do capitalismo e a da intervenção do Estado, ocupam, no caso da sociedade francesa, ”posições estruturais”, segundo o tipo de acesso que têm ao dinheiro: os dirigentes; os competitivos; os protegidos; os precários; e os excluídos; e “fabricam” lugares – estados sociais – no interior ou entre estas posições estruturais. Estes estados sociais, em geral sob o controle dos atores, possibilitam aos indivíduos uma blindagem, fabricar um “...entorno que lhes permite enfrentar em mejores condiciones las pruebas de la individuación sin que ello, empero, modifique la posición estructural que es la suya”. Estes estados sociais, por seu lado,

---

<sup>22</sup> O resumo simplificado da complexa articulação de noções que constituem o operador analítico “prova” que se segue é baseado em um conjunto de palestras do autor feitas em setembro de 2006, em Lima, Peru, intitulado *Lecciones de sociología del individuo*, do qual o pesquisador tem uma transcrição sem indicação de editor ou páginas. Entretanto, este texto foi adaptado e publicado pela editora Lom Ediciones, de Santiago, Chile, em 2007, sob a forma de livro com o título *Cambio de Rumbo: la sociedad a escala del individuo*, ao qual o pesquisador ainda não teve acesso. Os trechos traduzidos são de responsabilidade exclusiva do autor deste artigo.

<sup>23</sup> MARTUCCELLI, Danilo. (2006) *Forgé par l'épreuve: l'individu dan la France contemporaine*. Paris: Armand Colin.

são caracterizados segundo os “amortizadores” e os “lugares”. Os amortizadores são de quatro tipo: infraestrutura (conjuanto de direitos sociais e políticos); recursos (meios, capitais – econômico, social, cultural - que estão constantemente sob controle do indivíduo); as ajudas (apoio condicionado, não universal, que decorre da decisão de outro ou da demonstração da indigência, por exemplo); suportes (familiares, afetivos). Os lugares – “áreas socioespaciais, transversais às posições estruturais, e nas quais se abrigam os indivíduos” – as “bolhas”, o “nichos”; o “dique”, o “escudo”. As provas, finalmente, no aspecto de sua temporalidade, podem ser reversíveis ou irreversíveis, constituir-se como centralidade, hegemônica; produzir mais ou menos tensão; resultar em descontrolo.

Procurar-se-á, então, compreender e apreender novos espaços de sociabilidade e de sentido – des-hierarquizados - construídos e ou apropriados pelos indivíduos, face ao enfraquecimento das formas clássicas de integração, controle, socialização<sup>24</sup>.

.O PBF, funciona, também, eventualmente, como marcador, critério de focalização, quando a condição de beneficiário é obrigatória ou preferencial para a elegibilidade em outras políticas públicas, como habitação, segurança alimentar, ampliando a sua capacidade de constituir-se como amortecedor e meio de acesso à recursos e ajudas.

.

## **OBJETO DA PESQUISA**

A pesquisa encontra-se em um momento nascente, onde intuições e leituras recentes se fundem à experiência como gestor e ao horizonte teórico cristalizado / tensionado no pesquisador. Daí, o caráter necessariamente, digamos, exploratório e conjectural das afirmações e estratégias teóricas e metodológicas, das reflexões que seguem. Este artigo, adverte-se desde já, objetiva a discussão para o seu aperfeiçoamento no processo mesmo de definição de seu enquadramento teórico metodológico.

---

<sup>24</sup> “El debilitamiento de los grandes mecanismos sociales, culturales y políticos de integración societal invita a efectuar una apuesta en dirección de las capacidades de acción y de las iniciativas de los individuos y su potencial impacto virtuoso sobre las instituciones. Por paradójico que ello parezca en un primer momento, el individuo y la búsqueda de su autonomía, y el énfasis que ello supone en la iniciativa personal em detrimento de la noción de resignación, es cada vez más el cemento de la sociedad. (Martuccelli, 2008, XXV)

Há inúmeros e excelentes trabalhos de avaliação<sup>25</sup> do PBF que abordam desde a compreensão sobre sua natureza e a dos Estados e governos que o patrocinam até, especialmente, seus impactos objetivos sobre a pobreza e a extrema pobreza, a desigualdade, segundo a renda, gênero, emprego, escolarização (frequência e permanência), empoderamento feminino, propensão para o trabalho, região do País, alimentação das famílias, sobre o PIB etc.

Nesta pesquisa, que pretende ser complementar a estas abordagens, procurar-se-á compreender como os utentes se *apropriam* – subjetiva e objetivamente - do programa (e aqui pensa-se na renda, nas condicionalidades, acompanhamentos e ações complementares para as quais a família utente é elegível preferencialmente), qual o seu significado nas suas vidas face às inúmeras provações às quais deverão ou esperam enfrentar ou enfrentaram, e como esse desempenho pode manifestar-se como mobilidade e ou novas figurações sócio-espaciais, derivadas de condutas *normativas*, *contra-normativas* ou *alternativas* (BALSA, 2004), como *exit* ou *voice* (Sorj e Martuccelli, 2008: XV).

Inicialmente, pode-se dizer, grosso modo, que, mesmo entre aqueles, praticamente todos, que avaliam positivamente o PBF, o fazem sob pressupostos, às vezes, antagônicos, particularmente ao se debruçarem sob os “efeitos” na subjetividade e suas consequências, como estigma ou, por exemplo, “acomodação”, fortemente vinculados à idéia do programa como mediador *para dentro* ou *para fora* do mundo do trabalho, ou articulado com a idéia da responsabilização sobre si. A questão, em geral não explorada empiricamente em profundidade, situa-se na capacidade de haver uma reunificação no capitalismo avançado da produção e renda, entre trabalho e integração, que resulte em coesão social, e na capacidade de o PBF atuar ativa e positivamente sobre estas relações, com ênfase na dimensão subjetiva do ator e nos seus recursos morais e culturais em confronto com a competitividade da modernidade, especialmente, no caso em pauta, periférica. Nesta perspectiva, os temas da reversibilidade (obtida e mantida

---

<sup>25</sup> No portal do MDS há mais de 100 artigos sobre o programa, com acesso livre para o usuário. Instituições com o IPEA, FGV e CEDEPLAR-UMFG produzem trabalhos de alta qualidade cujo escopo é o PBF. Por estar em fase intermediária de fichamentos, o autor prefere não citar trabalhos específicos. Esta “classificação” tem caráter provisório e pode mudar no decorrer da investigação.

sob condicionalidades<sup>26</sup> ou irrestritamente acessada) da renda, seu montante (suficiente para uma família sobreviver ou deliberadamente apenas complementar), sua cobertura (universal ou focalizada), seus critérios de corte (renda *percapita* ou outras dimensões que encerram a pobreza), seu financiamento (obrigatória, como direito indiscutível ou segundo as disponibilidades orçamentárias<sup>27</sup>), seus objetivos (contra a fome; formação de capital humano; separação estratégica do trabalho e produção) e “sentido” e funcionalidade sistêmica (reativação da economia pelo fortalecimento do mercado interno; coesão social; solidariedade), em geral, atravessam as polêmicas. Obviamente, estes aspectos não são necessariamente, todos, excludentes ou antagônicos, admitem inúmeras (mas não todas<sup>28</sup>) combinações segundo os efeitos ao longo do tempo, em curto, médio e longo prazo.

Em certo sentido, há aqueles, como Ulrich Beck, com sua idéia de *trabalho cívico* (2007:176), e Jean – Marc Ferry (1997) e o setor quaternário, que entendem como fortemente provável - e propõem, simplificando, o aprofundamento nesta direção – a separação da economia e da coesão social com o trabalho, o emprego e a renda; e, de outro, aqueles que vinculam esta separação a capitais humanos insuficientes ou inadequados, transmitidos intergeracionalmente, que podem, a partir de um esforço “de fora”, pelo Estado, ser adquiridos ou garantidos especialmente para a os mais jovens, para a próxima geração (Marcelo Nery, 2010; e CEPAL, 2010). Nesta perspectiva, interessa observar um dado muito recente sobre o aumento e a mudança da composição relativa da renda dos brasileiros nesta década atual. Houve um importante aumento da

---

<sup>26</sup> “...não se pode deixar de levantar a possibilidade de que famílias sejam punidas em razão da incapacidade de muitos municípios em manter atualizado o repasse da informação ao MDS.” “...os municípios brasileiros ainda têm apresentado muitas fragilidades na oferta de serviços de educação e saúde, comprometendo o processo de implementação das condicionalidades do PBF.”(SENNA, Mônica et al, 2007:5)

<sup>27</sup> O PBF estabelece Segundo critérios de renda per capita e número de crianças e adolescentes quem é elegível e qual o montante da renda a repassar. Entretanto, o acesso real ao benefício depende da disponibilidade de recursos orçamentário. Há inúmeros municípios onde há uma discrepância entre os inscritos que reclamam a renda e a ‘meta’ definida estatisticamente pelo programa. Há ainda a possibilidade de grupos específicos, segundo outros critérios, obterem a renda.

<sup>28</sup> “Claramente, los efectos en la pobreza y la desigualdad distributiva del ingreso de los programas de transferencias condicionadas dependen de su grado de focalización, de su cobertura y del monto de las transferencias monetarias. Frente a recursos limitados, las opciones no son simples en la medida que hay que elegir entre el aumento de la cobertura de la población beneficiaria o del monto de las transferencias” (CEPAL, 2010: 196)

capacidade de consumo dos estratos de renda inferior<sup>29</sup>, e, ao mesmo tempo, um aumento da participação na renda das famílias das transferências do governo.

Uma possível e eventual subcultura da pobreza (Lewis), ou *habitus* precário incorporado (Jesse) já não se sustentam em uma sociedade moral e formalmente profundamente igual, sendo insustentável qualquer hierarquização naturalizada, onde acredita-se, cada vez mais, que todos são iguais. A massificação do consumo e a padronização de modelos estéticos (DUBET, 2003: 41) como elementos de uma individuação irresistível coloca novas questões teóricas, metodológicas e, também, políticas.

Há, pode haver, já, mesmo, na adoção de uma bolsa, um reconhecimento tácito da incapacidade, como causa da condição, de o indivíduo pobre superar normalmente sua posição, e os constrangimentos que a mantém, as condições e rotulagem, serem vividos como humilhação<sup>30</sup> e ou clientelismo<sup>31</sup>. Há, por outro lado, ainda, um reconhecimento

<sup>29</sup> Segundo publicava o Jornal Estado de Minas, em sua edição de 07/04/2012, referindo-se a pesquisa da Cetelem do Brasil, “Entre 2005 e 2009, as classes D/E, que representavam 51% da população brasileira, caíram para 35%. Além disso, a renda familiar média dessa classe subiu de R\$ 650 para R\$ 733, entre 2008 e 2009. Em 2009, 8,9 milhões de brasileiros fizeram as malas e migraram da classe D para a C, que soma agora um público de 92,8 milhões de pessoas, ampliando sua participação para 49% da população. Os dados são da Cetelem, financeira do grupo francês BNP Paribas. O estudo revela que, juntas as classes C, D e E, alavancaram um recorde na renda média das famílias, que alcançou a maior cifra da história, de R\$ 1.285. O conceito da pesquisa da Cetelem leva em consideração itens como a posse de eletrodomésticos, carro de passeio e grau de instrução do chefe da família.” O IBGE publicou sua Pesquisa de Orçamentos Familiares que houve um aumento importante da participação de recursos oriundos de transferências governamentais na renda do brasileiro, que comparativamente ao período 2002-2003, aumentaram de 15% para 18,5%. Certamente, este crescimento ocorre pelo aumento real do salário mínimo, que indexa boa parte das aposentadorias e benefícios, como o BPC, e da expansão do Bolsa Família. No período em que a renda do trabalho cresceu 9,0%, as transferências cresceram 36%. A participação da renda do trabalho viu reduzida sua participação de 62% para 61,1%. (IBGE – POF 2008-2009, disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1648&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1))

<sup>30</sup> “... as desigualdades de estatuto são determinadas pelas formas desiguais de troca e que a igualdade pressupõe a reciprocidade. Tudo se passa como se, no espírito dos revolucionários, assomo como nos dos nossos contemporâneos, a assistência não fosse verdadeiramente concebida como o pagamento da dívida da sociedade, mas como um dom. Os homens esgotam-se então na exigência de uma contrapartida e esmagam o beneficiário com todo o poder do seu dom. Esta atitude é ainda menos suportável do que a caridade ou a beneficência que, no passado, introduzia um motivo religioso, um terceiro ausente que mediatiza a força da destruição presente no dom. Numa sociedade laicizada, o dom revela-se ainda mais perigoso. “ eles pensam insuflar o civismo mas de facto arruinam-no, visto que o beneficiário só tem a escolha entre duas atitudes: seja a humilhação do dom sem contrapartida (...); seja a manha dos ‘maus pobres’, dos ‘malandros’...” (MADEC; MURARD, 1995:100)

<sup>31</sup> A cidadania é a qualidade dos homens que pensam ser governados por si próprios, que dependem deles mesmos. É por isso, ao inverso, que a cidadania perde o seu sentido e a democracia a sua força, se a sociedade é reduzida ao social, se, por exemplo, alguns são tão dependentes de outros que estão prontos a alienar-lhes o voto, ou, se não votam, a alienar-se as decisões. Isto chama-se clientelismo e desenvolve-se de modo clandestino, ao mesmo tempo que a economia paralela ou subterrânea. ... O clientelismo é, por excelência, a redução do político ao social. “ (MADEC; MURARD, 1995:95)

de que o “sistema” naturalmente não produz a inclusão, que deve ser produzido pelo Estado, desde “fora”. O excluído é integrado pelo consumo que se descola do trabalho, da “atividade”, do “trabalho cívico” (Beck), do trabalho mecânico (Ferry). Há aqui de quebrar a inevitabilidade de rotulação, ou seja, do efeito perverso<sup>32</sup> no plano da subjetivação e identidade, por estigmatizante que a própria concessão da bolsa implica, simmelianamente: pobre é aquele que é assistido, que pode ser visto como humilhado, subornado no interior de sistemas de favores e reciprocidades, cooptado, como elemento de uma nova regulação, agora pos-fordista, mediada pelo consumo, incorporando pelo dinheiro ao “sistema”. O excluído, assim, se transforma no outro, no habitante de Sirius na consciência burguesa (Simmel, 2004: 134), para além da distancia e da proximidade.

## METODOLOGIA

**Ainda que se saiba que sempre se estará “de um lado” (BECKER, )<sup>33</sup>, a objetividade, no fundo, depende da liberdade, apenas o estrangeiro está livre para ser plenamente objetivo. Há, desta forma, que se tornar estrangeiro do próprio tema, paradoxalmente, para compreendê-lo. (Simmel, 2004: 136).** Não cabe, assim, amesquinhar o debate em termos de “bolsa esmola” ou “é contra só quem nunca passou fome”, nem reduzir a crítica a avaliações segundo critérios administrativamente definidos. Não se pretende, então, demonstrar teoricamente o engajamento apologético e acrítico, ainda que o autor declare, desde já, uma posição política de defesa e aprofundamento do programa e a indignação face à desigualdade e à injustiça que caracterizam secular e seletivamente a sociedade brasileira. Em uma pesquisa em que se combinarão técnicas qualitativas e quantitativas, métodos indutivos e dedutivos, pretende-se, sobretudo, compreender honestamente, segundo os critérios da ciência, os processos sociais que possivelmente são desencadeados e de alguma forma vinculados a esta relação específica entre o Estado, o mercado e a sociedade, que o PBF expressa.

---

<sup>32</sup> “... ao mesmo tempo que incentiva os sujeitos precários a autonomizarem-se, o Estado infantiliza-os, controlando-os, provocando um efeito contrário ao pretendido.” (Bajoit, 2006 :65)

<sup>33</sup> De que lado estamos?” é o título do capítulo 7 do livro de Howard S. Becker, *Uma Teoria da Ação Coletiva*. (BECKER, 1977). Nele, o autor reflete sobre implicações teórica e metodológicas desse “bias”, dessa parcialidade constitutiva da investigação sociológica.

Feita esta advertência inicial, esclarece-se que a pesquisa, em caráter obviamente inicial, ainda que considerando a vivência espontânea intensa do pesquisador com o tema e o programa, pretende combinar recolhidas estatísticas, documentais, observações diretas e entrevistas em profundidade, em um processo cronológico e lógico de recortes e aproximações orientados e sucessivos. A contextualização da cidade de Montes Claros e a tentativa inicial de esclarecimento de uma relação que julgo especial do governo e do personagem Lula com o PBF e o “povo” objetivam estabelecer um parâmetro inicial para uma avaliação da validade de um esforço comparativo que poderá ser levado a cabo, em um momento posterior, entre Lisboa e Montes Claros. Essa jornada empírica, entretanto, se subordinará ao necessário aprofundamento teórico e metodológico prévio que, por seu lado, deve ser ancorado em sistemáticas observações exploratórias, como algumas já expostas neste documento.

Por ser “a família”, com precedência para a figura da mãe, o sujeito por excelência do programa, uma dificuldade técnica adicional se impõe, pela complexificação desta configuração social e da dimensão de gênero. Os “papéis sociais” estão em crise, os indivíduos obrigados a reconstruírem / reiventarem-nos constante e sucessivamente. Provavelmente, haverá uma relação recíproca entre uma coisa - o fato de ser utente do PBF - e outra - o tensionamento entre o papel previamente estruturado (como o de pai provedor, por exemplo). Há mesmo, como já cito no corpo do pré-projeto atual, uma pesquisa que conclui pelo ‘empoderamento’ das mulheres enquanto tal como um das implicações do PBF.

O processo de investigação sociológica faz-se cronológica e dinamicamente no diálogo tenso entre polaridades (teoria, epistemologia, técnicas e desenho do projeto) a desenrolar-se não de forma linear, com etapas lógicas cumulativas e sucessivas, mas de forma espiralada onde cada pólo pode (e deve) realimentar os outros, obrigando o pesquisador a recuos e retornos que, eventualmente, podem redefinir parcial ou totalmente seu projeto . De certa forma, isto reproduz na dimensão epistemológica o dilema sociológico do ator da modernidade apontado por Bajoit<sup>34</sup>, obrigando a

---

<sup>34</sup> « *Comment les individus contemporains gèrent-ils la tension entre leur conditionnement socioculturel et leur désir de liberté ?* » (Bajoit, 2010)

operações delicadas no manejo das polaridades acima referidas, na perspectiva da cientificidade. Bourdieu, ao opor *teoria teórica* e *teoria científica*, afirma que esta

apresenta-se como um programa de percepção e de acção só revelado no trabalho empírico em que se realiza. Construção provisória elaborada para o trabalho empírico e por meio dele, ganha menos com a polémica teórica do que com a defrontação com novos objectos. Por esta razão, tomar verdadeiramente partido da ciência é optar, asceticamente, por dedicar mais tempo e mais esforços a pôr em acção os conhecimentos teóricos adquiridos investindo-os em pesquisas novas, em vez de os acondicionar, de certo modo, para a venda, metendo-os num embrulho de metadiscurso, destinado menos a controlar o pensamento do que a mostrar e a valorizar a sua própria importância ou a dele retirar directamente benefícios fazendo-o circular nas inúmeras ocasiões que a idade do jacto e do colóquio oferece ao narcisismo do pesquisador. (BOURDIEU, 2004:59)

À certa diluição horizontal (saberes) e vertical (disciplinas) antes defendida pelo autor, opõe-se, agora, a admissão de uma tensão a exigir, ao contrário de um negligenciamento dos fatos, um esforço teórico e técnico brutal para sua apreensão, mesmo considerando que não existe um dado puro, ingênuo, pois sua recolha pressupõe situações e noções, mesmo no mais matematizado e quantitativo dos procedimentos, pois recortam o real e ocultam / revelam escolhas ou valores e prioridades políticas e ou teóricas ou sucumbem a constrangimentos casuais ou conveniências. Este esforço, o autor o apreende analogicamente como a criação de uma obra de arte<sup>35</sup>, uma escultura, por exemplo, cuja matéria bruta, sua matéria-prima / mundo deve ser cuidadosamente recortada com instrumentos e gestos cada vez mais delicados que, à medida que avança o processo prático, recortando camadas, na construção da obra, exige mais cuidado e refinamento<sup>36</sup>. Não há aqui, como separar teoria e técnica, mediações entre as intenções

---

<sup>35</sup>Neste caso, para deixar bem claro, uma obra de um “artista” iniciante, ainda que já em fase adiantada da vida. A circunstância de mudança do perfil demográfico atual (re) anima o autor.

<sup>36</sup> Em uma entrevista recente, o cineasta Eryk Rocha, falando de Pachamama, seu filme de viagem pela Amazônia brasileira, como traduz o repórter, comenta sobre seu processo de produção onde deixou os personagens, todos acidentais, falarem, para, apenas ao final, com mais de 48 horas gravadas, montar o

do autor e o mundo / material que se lhe apresenta. E, certamente, toda obra será indelevelmente impregnada pela singularidade do autor, claramente reconhecidas nas artes, tensionadas, esta singularidade, pelas “fases”, que, de alguma forma, são incorporações mais ou menos radicais e diluídas de novas experiências, valores, técnicas, temas e suporte que a vida e cada vez mais as escolhas inescapáveis (em um ambiente de intensa pluralidade programática) impõem ao sujeito. Nesta perspectiva, grosso modo, a ciência está para a arte assim como o senso comum está para o artesanato: neste, a beleza exprime-se na repetição orientada pela tradição, onde os objetos produzidos primam pela semelhança quase absoluta, reproduzidos anos a fio, de gerações em gerações; no primeiro, há o tensionamento permanente pelo ineditismo e singularidade, pela criação individualizada e individualizante, a falsificação ou imitação (plágio) é o cúmulo da negatividade. Tradição e modernidade, indústria e projeto, instituição e indivíduo, comunidade e sociedade. O indivíduo da modernidade - o cientista (e artista) como modelo supremo-, tensionado no interior da ordem e desordem, construção e desconstrução, previsibilidade e risco, comunidade e autenticidade, condicionamento e liberdade.

Claro, o “teórico” e o “empírico” (entendido este como um esforço persistente para apreender a realidade em seu fluxo complexo e constante conferindo ao “social” uma fluidez multideterminada de difícil cristalização espaço-temporal em qualquer esquema totalizante ou simplicador unidimensional. De qualquer forma, ao empírico quase sempre antecede o enunciado.) se determinam reciprocamente, indicando ao investigador que não negligencie nenhuma das dimensões constitutivas do fazer científico, muitas vezes identificadas como dimensões teórica e metodológica, inseparáveis, de fato.

Outro aspecto, ainda, que se considera importante enfatizar, especialmente quando se analisa políticas públicas, como o PBF, refere-se à aplicabilidade do conhecimento sociológico, e nos riscos que há em uma naturalização das noções administrativas como fatos ou operadores analíticos, principalmente quando o pesquisador é também gestor,

---

filme, traduzi-las em cerca de duas horas. Mas ainda que queira deixar falar o Brasil e América Latina profundos, ele escolheu o roteiro e o calendário da viagem, ele operou a câmera, orientando o foco. E a ele caberá, incontornavelmente, editar, inventar sua história, reinventando a realidade. (O Estado de São Paulo, edição de 25 de fevereiro de 2010). Tal como na arte, a ciência deve condensar tempo e espaço em algumas páginas ou, ate com mais eficiência, em uma fórmula ou lei geral.

ou tem intimidade com o tema, como ator (aqui, relembramos a objetividade como liberdade, a do estrangeiro de Simmel). É importante superar desconfianças de parte a parte, entre a academia e o restante da sociedade, que supere a percepção de uma suposta inutilidade do desenvolvimento científico na área das ciências sociais (“poesia”, “filosofia”), especificamente a sociologia. Ainda que não se subordine imediatamente ao “mercado” (entendido aqui como toda e qualquer demanda mais ou menos imediata por conhecimentos dos fenômenos sociais), há que superar preconceitos e vislumbrar que ainda que não seja usado diretamente, a sociologia, desde sempre, objetiva seus valores e noções na prática social, à constituição de um imaginário e de um mito que conformam muito da “identidade” nacional de um povo. Ou seja, não existe uma ciência acima do bem e do mal que paire além ou aquém dos interesses mundanos. Importa, assim, ter explícita relevância política e social a um projeto de investigação, com todos os riscos que comportam os critérios de estabelecimento destas condições.

Entretanto, há que ter prudência. É preciso, sempre, tensionar as noções e padrões jurídicos, institucionais, administrativos e sociológicos: os critérios e meios de validação de uns e outros são, em geral, distintos. A investigação sociológica não pode se confundir com a consultoria, ainda que uma consultoria possa se valer de uma investigação sociológica e uma investigação sociológica de uma consultoria.

De certa forma, esta discussão remete a outras dimensões, de implicação epistemológica, mais “culturais” e políticas da super(“pós”)modernidade, tais como a idéia de multiculturalismo, pluralismo e direito ao reconhecimento, face à presumível validade universal dos princípios “ocidentais” sistematizados pelo iluminismo cartesiano e concretizados em inúmeras instituições, noções e direitos, naturalizados, tais como a igualdade e dignidade de todos os seres humanos, o desenvolvimento, o individualismo etc. Estas noções e figurações sociais apresentam uma série de contradições e desafios ao pensamento sociológico, ao pensar e operar sistematicamente com conceitos tais como identidade, desenvolvimento, desigualdade, pobreza relativa e absoluta, etc, pois, como estabelecer critérios comuns entre “povos” e culturas distintas? São os valores e formas ocidentais, dentre elas a própria ciência, as sociais, em especial, universais ou expressam apenas um determinado particularismo de validade contingente? Como articular identidades que confirmam dignidade comum com base em estatutos diferentes? Esta questão obriga o pensamento sociológico a se (re)posicionar diante desta

emergência do “outro” na discussão teórica reivindicando validade. A própria noção de processos “tardios”, “periféricos”, se, por um lado, ajuda a estabelecer relações de interdependências entre lugares distintos, corre, por outro, o risco de validar hierarquias evoluconistas onde um Ocidente situa-se como referência ideal, restando ao Outro se definir pela ausência ou incompletude, atraso.

Esquemáticamente, esta pesquisa seguirá a seguinte estratégia: Combinação de três tipos de recolha de dados, além da análise documental: a) análise de dados secundários (Censo, PNAD, POF, Cadastro Único); b) Recolha de dados através de questionário estruturado com amostra relativa aos utentes do PBF em Montes Claros; b) realização de cerca de 100 entrevistas em profundidade e semi-estruturadas com unidades-tipos de utentes identificados na análise dos questionários.

O questionário (tipologias) será feito com cerca de 3000 famílias, aplicado a indivíduos que sejam “chefe”, em um universo de 20.000 utentes do PBF, aproximadamente.

Os seguintes veios ou questões estão a inspirar a pesquisa e a análise:

- O PBF como elemento de construção de previsibilidade, de sensação relativa de estabilidade, de instauração de alguma rotina em meio à miséria e riscos, e, portanto, de confiança, estruturando as posições dos atores, ainda que hierarquizante e fundadora de, paradoxalmente, “desautonomia”, diante da mediação da política.
- À obsolescência da exclusividade e centralidade do corte analítico de classe corresponde uma fragmentação da classe operária, de suas expressões políticas e culturais, e de sua capacidade em referenciar preponderantemente processos de identidades. A este estilhaçamento do mundo na representação social e no cotidiano, radicalizado na modernidade periférica, outras esferas da vida passam a estruturar processos de socializações, subjetivação e individuação.
- A internalização de significados e percepções dos utentes e de processos identitários com base em relações hierárquicas e assimétricas não salariais, a identidade de um *sub-proletariado* periférico está calcada na precariedade e instabilidade. Ao invés de múltiplas identidades, identidade com base na multiplicidade e plasticidade, no contrapé da *vocação* (Weber) e *disciplina*

(Durkheim), âncoras morais da autonomização e individuação modernas. Não se trataria mais, então, da vivência de identidades polissêmicas, mas de *uma* identidade flexível, forjada, no caso dos precarizados periféricos, em uma experiência com frouxa ancoragem no mundo do trabalho.

- A expansão do empreendedorismo como “porta de saída” do PBF, valor e subjetivação para a inclusão – o bom é ser empregável e o ruim é o empregado - o micro-crédito ( Banco do Povo, CEFE etc – a vida como negócio) como um elemento para a disseminação do *ethos* contidos na *cité por projetos* para todos os excluídos. O catador de lixo como empreendedor cooperativo. O pós-fordismo periférico não é, agora, sanguinário, mas cínico. Como os atores agem na conformação desta institucionalidade, que, a rigor, resulta, ela mesma, dessa ação, como parte do processo de construção de laços de confiança como base de um regime de justificação operando em um novo regime de acumulação.
- O caráter derivado de uma identidade com base em confiança e estabilidade e não vinculado ao trabalho ou ao trabalho secundário contém um paradoxo: a condição da estabilidade (estabilidade da relação) é a própria precariedade. Ou seja, o usuário do programa deixa de sê-lo se tiver renda. Como o utente (re) age sobre as condicionalidades e “portas de saídas” do PBF. Como isso opera na dinâmica da reprodução da pobreza segundo a auto-estima, subjetivação, “provas” e percepções?
- Existe alguma relação que configure especificidades entre as formas de apropriações do PBF segundo *tipos*, por exemplo, que combinem gênero, idade, tamanho do município, profissão, ocupação, tempo de permanência etc.?
- É possível conjecturar sobre distintas mobilidades relacionadas a diferenças eventuais nas formas de apropriação segundo distintos atores sociais (*tipos* diferenciados no interior de um *subproletariado*) no interior das multideterminações que marcam o processo de individuação. Por ser “a família”, com precedência para a figura da mãe, o sujeito por definição do programa, uma dificuldade adicional se impõe, pela complexificação desta configuração social e da dimensão de gênero. Os “papéis sociais” que a constituem estão tensionados, os indivíduos, postos a prova, obrigados a os reconstruirmos / reinventarmos

constante e sucessivamente. Haverá uma relação recíproca entre uma coisa - o fato de ser utente do PBF - e outra - o tensionamento entre papéis previamente estruturados (como o de pai- provedor e a mulher-mãe, por exemplo)?

- A grande diversidade de realidades socioculturais oferece distintos recursos materiais, simbólicos e morais para os indivíduos, derivando, também daí, distintas formas de apropriação;
- As capacidades institucionais e seus aparatos organizacionais e técnicos são também distribuídos desigualmente, ocasionando uma diferença importante na oferta de serviços de proteção básica e complementares, e de controle social.

Estas especificidades sugerem diferentes modos de apropriação que podem ser apreendidas para além de seus efeitos macroeconômicos e imediatos na família. Estas formas distintas, por seu lado, podem estar a conformar distintos sistemas de estratificação social. Quais estratégias, sentidos e formas de solidariedade, que mecanismos produzem os indivíduos diante da condição de assistido?

Na dimensão propriamente metodológica, sob inspiração em uma sociologia da individuação, tenciona-se construir um caminho interpretativo das entrevistas que articule aspectos sistêmicos com biografias, em uma perspectiva de apropriação, ascendente, fora dos padrões de “personagens sociais”, que implícita ou explicitamente trazem uma relação de causalidade desde a estrutura social, segundo uma lógica “descendente”.

## REFERÊNCIAS

- BAJOIT, Guy. (2006). “O papel da Confiança na Formação da Identidade e do Vínculo Social”. In: BALSAS, Casimiro (Org.) *Confiança e Laço Social*. Lisboa: Edições Colibri/CEOS.
- BAJOIT, Guy. (2010). *Conditionnement socioculturel et liberté*. Mimeo
- BALSAS, Casimiro. (2006). “Relações de Confiança e Modalidades de Laço Social”. In: BALSAS, Casimiro (Org.) *Confiança e Laço Social*. Edições Colibri/CEOS: Lisboa.

- BALSÀ, Casimiro. “Historicité, durée et temporalités des politiques et de l’intervention sociales”. In: CHÂTEL, Vivianne (éd). *Les temps des politiques sociales*. Pp. 185-198.
- BAUDRILLARD, Jean. (2007). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- BECK, Ulrich. (2007). *Um nuevo mundo feliz: la precariedad del trabajo em la era de la globalización*. Barcelona: Paidós
- BECKER, Howard S. De Que Lados Estamos ? In: *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, pp. 122-136.
- BERETTA, Regina C. S. & MARTINS, Lilia C. O. (2004) – Estado, municipalização e gestão social. In Serviço Social e Sociedade. N.º77, Ano XXV, Cortez Editora: Março de 2004.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. (1999). *Le nouvel esprit Du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre. (2004). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRASIL . MPAS/SEAS. *Lei Orgânica de Assistência Social*. Lei 8742 de 13 de dez. 1993.
- Brasil. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição brasileira*. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.º 1/92 a 31/2000, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.º 1 a 6/94. Brasília: [Senado Federal], 2001.
- BRASL. (2005). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica*. 01/2005. Brasília, DF.
- CAMELO, Rafael de Souza et al. Alimentação, nutrição e saúde em programas de transferência e renda: evidência para o Programa Bolsa Família. Disponível em [www.anpec.org.br/.../000-0abcbf543b56b2e85c1c21898845e79b.pdf](http://www.anpec.org.br/.../000-0abcbf543b56b2e85c1c21898845e79b.pdf), acessado em 18/06/2010.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (2005). *Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação*. V Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: CNAS.

- CASTEL, Robert (2008). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- CASTEL, Robert (2006). “Classes Sociais, Desigualdades Sociais, Exclusão Social”. In: BALSÀ, C; BONETI, L. W.; SOULET, M. (Org.) *Conceitos e Dimensões da Pobreza e Exclusão social. Uma abordagem transnacional*. Lisboa /Ijuí: Editora Unijui/CEOS
- DIOGO, Fernando. (2007) *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Lisboa: Celta Editora.
- DUBET, Françoise. (2006). “Integração: quando a sociedade nos abandona”. In: BALSÀ, C; BONETI, L. W.; SOULET, M. (Org.) *Conceitos e Dimensões da Pobreza e Exclusão social. Uma abordagem transnacional*. Lisboa /Ijuí: Editora Unijui/CEOS.
- DUBET, François. (2003). *As desigualdades multiplicadas*. Ijuí: Ed, Unijui.
- DURKHEIM, Émile. (2008) *A Educação Moral*. Petrópolis RJ: Editora Vozes.
- FERRY, Jean-Marc. (1997) Pour une autre valorisation du travail. Défense et illustration du secteur quaternaire . Entretien avec Jean-Marc Ferry par Olivier Mongin dans la. In: revue *Esprit*, juillet 1997, n° 234, p. 5-17
- GIDDENS, Anthony. (1994) *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Editora Celta.
- HARVEY, David. (1996). *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- IPEA.(2010) COMUNICADO À IMPRENSA N.º 31. PNAD2008: Primeiras análises: demografia, trabalho, previdência.
- IVO, Anete B. L. (2008). “Georg Simmel e a ‘sociologia da pobreza’” . In: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 171-180, Jan./Abr.
- LAPA, Tiago. (2006). *Quadros e trabalhadores no capitalismo flexível: uma abordagem cultural e sócio-cognitiva*. CIES e-WORKING PAPER N° 15/2006.
- LIPIETZ, A. (1984). “As transformações na divisão internacional do trabalho: considerações metodológicas e esboço de teorização”. *Espaço e Debate*. Ano IV, n. 12. São Paulo: Canopus Editora, p.66-93
- MADEC, Annick; MURARD, Numa. (1995). *Cidadania e Políticas Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.

- MARTUCCELLI, Danilo (2006), *Forgé par l'épreuve. L'individu dans la France contemporaine*, Paris, Armand Colin (Individu et société).
- MARTUCCELLI, Danilo. (2006). *Forjé par l'épreuve: l'individu dans la France contemporaine*. Paris: Armand Colin.
- PAUGAM, Serge. 2003. *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a Nova Pobreza*. Porto: Porto Editora.
- PEREIRA, Anete Marília. (2000). "A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões". In OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). pp 15-25. *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes.
- PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. Op. cit., p. 15–25 e OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. 2007. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo.
- Perfil dos Municípios brasileiros. Assistência social 2005 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- RODRIGUES, L. & BALSÁ, C. M. (2008). "Estado de bem-estar social e territorialização das políticas de combate à pobreza no Brasil e Portugal." In: *Revista Caminhos da História*, v. 13, n. 1. Montes Claros: Unimontes, pp. 67-82.
- SCHNAPPER, Dominique. (1998). *Contra o fim do trabalho*. Lisboa: Terramar.
- SCHWARTZMAN, Simon. « Bolsa Família : mitos e realidades ». In : *Interesse Nacional*, ano 2. N.º 7, Dezembro de 2009, Pp. 20-28.
- SIMMEL, G. (2004). *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores
- SINGER, André. (2009). "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". In. *Revista Novos Estudos Cebrap*, nº. 06, novembro de 2009, pp 82 a103.
- SORJ, Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. 2008. *El desafío latinoamericano: cohesión social y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana.

- SOULET, Marc-Henry (2006). “Confiança e capacidade de acção. Agir em contexto de in-quietude”. In: BALSÁ, Casimiro (Org.) *Confiança e Laço Social*. Edições Colibri/CEOS: Lisboa.
- SOULET, Marc-Henry (2006a).”Para Além da Exclusão: A integralidade como Nova Expressão da Questão Social”. In: BALSÁ, C; BONETTI, L. W.; SOULET, M. (Org.) *Conceitos e Dimensões da Pobreza e Exclusão social. Uma abordagem transnacional*. Lisboa /Ijuí: Editora Unijui/CEOS
- SOUZA, Jesse. (2006). “A gramática social da desigualdade brasileira”. In. SOUZA, Jessé (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- SPOSATI, Aldaíza. “O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social”. In
- SPOSATI, Aldaíza. *Modelo Brasileiro de Proteção Social não contributiva: concepções fundantes*. In ENAP: Curso de Formação de Multiplicadores. Volume I. Brasília, 2007, PP 2-31.
- WEBER, Max. (2001). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Centauro.
- ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. O programa bolsa família sob a ótica dos direitos humanos.
- ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. (2008) “Desafios à implantação do direito à alimentação no Brasil”. In: *Democracia Viva*, n. 39. Junho de 2008.